Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Legislação Municipal

Sumário

Ato Número: 14417

Data de Elaboração: 06/11/2019

Data de Publicação: 08/11/2019

Processo: 02-2019-035356-9

Assunto(s): Transporte Coletivo.

Tipo de Legislação: Lei Ordinária

Autor(es): Marcos Papa.

Projeto: 167 **Ano do projeto:** 2019

Autógrafo: 187 **Ano do autógrafo:** 2019

Observações: ADIN nº 2287499-43.2019.8.26.0000 - Declara a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º do art. 1º, o art. 2º e parágrafo único e o art. 5º, todos da Lei nº 14.417/2019.

Ementa e Conteúdo

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE HIGIENIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS NOS VEÍCULOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIN nº 2287499-43.2019.8.26.0000 - Declara a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º do art. 1º, o art. 2º e parágrafo único e o art. 5º, todos da Lei nº 14.417/2019

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO REJEITOU, EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05/11/2019, O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 167/2019, E EU, LINCOLN FERNANDES, PRESIDENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 44, PARÁGRAFO 6º, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º As empresas prestadoras do serviço de transporte público coletivo de Ribeirão Preto deverão promover a higienização e a desinsetização dos veículos utilizados diariamente pelos usuários.

~~§ 1º A higienização deverá ser realizada semanalmente, no interior dos veículos que serão utilizados, notadamente nos assentos, apoios de mão e demais áreas de uso comum, e consiste no ato de tornar limpo o ambiente, garantindo as condições mínimas de salubridade necessárias à prevenção ou ao combate de doenças contagiosas. (ADIN nº 2287499-43.2019.8.26.0000 declarou inconstitucional)~~

~~§ 2º A desinsetização deverá ocorrer a cada três meses em toda frota colocada à disposição dos usuários, e tem como objetivo básico garantir um ambiente livre de vetores transmissores de doenças e causadores de picadas, como insetos, ou qualquer espécime de praga urbana, que por sua natureza possa adentrar e permanecer no interior dos veículos. (ADIN nº 2287499-43.2019.8.26.0000 declarou inconstitucional)~~

~~Art. 2º Os serviços deverão ser comprovados mediante a color jo de selo no interior dos veículos, em local visível aos passageiros, contendo as datas de realização dos procedimentos, de sua repetição, o prazo de garantia e responsável. (ADIN nº 2287499-43.2019.8.26.0000 declarou inconstitucional)~~

~~Parágrafo único. As obrigações contidas nesta Lei não eximem a responsabilidade, ou igualmente se confundem com a limpeza ordinária e geral que ocorre diariamente nos veículos ao final do dia. (ADIN nº 2287499-43.2019.8.26.0000 declarou inconstitucional)~~

Art. 3º As concessionárias ou empresas responsáveis pelo transporte público deverão adotar as providências e precauções necessárias para garantir a eficiência dos procedimentos, sem riscos ou danos à saúde dos usuários.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os. s seguintes infrações:

I - notificação de advertência para sanar a irregularidade apontada no prazo de 15 (quinze) dias corridos;

II - multa, no valor correspondente a 25 (vinte e cinco) Ufesps se, decorrido o prazo previsto no inciso anterior, persistir a irregularidade;

III - multa, no valor correspondente a 75 (setenta e cinco) Ufesp's, em caso de reincidências subseqüente, a cada período de 30 (trinta) dias, após a aplicação da multa prevista no inciso anterior.

parágrafo único. Os valores auferidos pela aplicação das multas supramencionadas serão revertidos ao Fundo Municipal de Saúde, e deverão ser utilizados preferencialmente em campanhas educativas de prevenção e controle de doenças contagiosas.

~~Art. 5º. A fiscalização do quanto disposto na presente Lei obedecerá às legislações sanitárias e de saúde pública municipais, estaduais e federais e, em atendimento aos princípios da eficiência, publicidade e transparência, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto disponibilizará em seu sítio eletrônico os relatórios de vistorias dos veículos utilizados no transporte público municipal, comprovando o fiel cumprimento desta Lei.~~
(ADIN nº 2287499-43.2019.8.26.0000 declarou inconstitucional)

~~Parágrafo único. Caso algum usuário verifique qualquer irregularidade, poderá promover denúncia formal, por escrito através do requerimetro padrão, ou por qualquer meio digital que venha a ser disponibilizado pelo poder público, devendo indicar seu nome completo e endereço, e especificar a data e horário, linha e veículo que se encontra irregular, podendo anexar fotos de selos vencido para comprovação ou declarar a sua ausência.~~

(ADIN nº 2287499-43.2019.8.26.0000 declarou inconstitucional)

Art. 6º. Caberá ao Poder Executivo promover a regulamentação no qu couber.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na datade sua publicação.

LINCOLN FERNANDES

Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.